

ESPAÇO RURAL

Revista da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

N.º 153

Periodicidade Bimestral

MARÇO / ABRIL

2023 · 2,75€



CONFAGRI



ECORREGIMES — PORQUÊ?

DESTAQUE

SECTOR DO AZEITE: PREVISÕES APONTAM
PARA A 4ª MAIOR PRODUÇÃO DE SEMPRE

OPINIÃO

AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO, DEMOGRAFIA E
AMBIENTE: A QUADRATURA DO CÍRCULO OU UM
APELO SEM PRECEDENTES AO GÉNIO HUMANO

ATUALIDADE

CONFAGRI PROMOVE SEMINÁRIO:
RENOVAÇÃO GERACIONAL
NA AGRICULTURA E A PAC

DIVULGAÇÃO

PROJETO + FLORESTA
DO CONHECIMENTO À AÇÃO:
UM OLHAR MAIS ENCORAJADOR
PARA O FUTURO

DESCARREGUE A VERSÃO
PARCIAL DA REVISTA



PU2023

PEDIDO ÚNICO

CANDIDATURAS ABERTAS

1 MARÇO A 31 DE MAIO

Verifique se tem atualizados no IFAP os seus dados de Beneficiário e da sua Exploração.

Candidate-se diretamente na Área Reservada do Portal do IFAP ou através das Entidades reconhecidas, numa das Salas de Atendimento existentes para o efeito.

Formalize a sua candidatura em tempo e evite penalizações por entrega tardia.

Mais informações em
www.ifap.pt / 212 427 708



IFAP

Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.



23.27

pepac

Plano Estratégico da
Política Agrícola Comum

GENTE E TERRITÓRIO



Idalino Leão
Presidente do Conselho de Administração da CONFAGRI

Ao longo de décadas Portugal não teve um plano e um compromisso de desenvolvimento territorial, onde se elevassem as principais características de cada território, bem como a ligação harmoniosa entre os vários sectores de atividade.

Essa lacuna de planeamento estratégico é ainda mais acentuada no que toca ao sector agrícola. As consequências são conhecidas por todos, mas ainda assim, fruto das dinâmicas de muitas organizações de agricultores, foi possível a criação de algumas fileiras de produtos agrícolas no país.

Existem muitos locais do território nacional em que o próprio Estado já não tem a sua presença em muitas das suas valências, infelizmente também no sector Agrícola isso parece que irá acontecer com o desaparecimento das Direções Regionais de Agricultura.

Apesar desta falta de planeamento e organização, que acredito que terá de ser integrada e envolver vários Ministérios Governativos, estes territórios continuam a resistir com os poucos que ainda acreditam e teimam em trabalhar as suas terras e criar os seus animais, gerando equilíbrios e riqueza para o País.

O PEPAC, deveria ter aqui um papel fundamental, para que haja justiça e equidade no território nacional, as políticas públicas devem ser usadas para corrigir desigualdades e não o seu contrário. Aliás, é difícil de perceber e de aceitar que num período de candidaturas, como o que está a “decorrer” desde o dia 1 de março, ainda existam tantas incertezas e um conjunto alargado de problemas operacionais que geram ineficiência e irão certamente colocar em causa a boa execução do

período de candidaturas como todos desejamos e precisamos.

Num cenário cheio de incertezas a nível internacional, é importante que Portugal reconheça a importância do sector agrícola e das suas organizações. É tempo de passar das palavras aos atos e assumir o sector agroalimentar como estratégico para a fixação de pessoas ao território, é também tempo de se potenciar ganhos de escala e capacitação institucional das organizações para fazer face aos desafios futuros. Da nossa parte, sabem que continuaremos atentos, com sentido crítico construtivo nos sítios certos, com o sentido de missão de servir Portugal através da produção de alimentos seguros e saudáveis para os Portugueses.

Porque afinal, do que estamos a falar é da nossa Soberania Alimentar, de Gente e de Território. ●



AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO, DEMOGRAFIA E AMBIENTE: A QUADRATURA DO CÍRCULO OU UM APELO SEM PRECEDENTES AO GÉNIO HUMANO — PARTE II

TEXTO

ARLINDO CUNHA

i Economista, ex-Ministro da Agricultura e professor da Universidade Católica-Porto

Este artigo constitui a segunda e última parte de uma análise vasta sobre a importância da agricultura e da produção de alimentos iniciada na anterior edição da Espaço Rural. Na edição anterior abordei as variáveis da problemática alimentar mundial, assim como as condicionantes das políticas agrícolas e ambientais globais e europeias. Na presente edição irei centrar-me no que me parecem ser os principais problemas por resolver na agricultura portuguesa, assim como nas intervenções programáticas que se me afiguram como mais estratégicas e urgentes. Deixarei ainda algumas notas finais de carácter mais geral.



V - A AGRICULTURA EM PORTUGAL: PROBLEMAS POR RESOLVER

A agricultura portuguesa fez um notável percurso de modernização desde a adesão à C.E.E., tendo desiludido os velhos do restelo que desde o início já lhe cantavam orações fúnebres... Revelou uma notável capacidade de resiliência

no ajustamento a um quadro competitivo a que não estava habituada. Fez um percurso em que o sucesso andou de mão dada com o sofrimento e em que muitos ficaram pelo caminho. Os anos da crise económica (2010-2014) vieram revelar que a agricultura e as florestas são um pilar incontornável da

nossa economia, tendo dado um contributo considerável ao país, especialmente em termos da balança comercial com o exterior.

O Valor Acrescentado (VAB) do chamado Complexo Agroflorestal (CAF)¹ representa atualmente 5,8% do Produto Interno Bruto nacional, 12,3% do emprego, 13% das

exportações e 15% das importações (Ministério da Agricultura-GPP, 2020). São, porém, notórias importantes debilidades que o sector ainda evidencia e que urge resolver, sendo de destacar, no período 2000-2019, as seguintes:

- ▶ O fraco aumento da produção e a diminuição do valor acrescentado do subsector agricultura, com a produção agropecuária a crescer a uma taxa de 0,7% ao ano (TCMA), enquanto que a dos consumos intermédios (CI-que incluem fatores de produção, equipamentos e serviços agrícolas) cresceu a 1,2%/ano, no mesmo período. Consequentemente, o valor acrescentado bruto a preços de mercado (VABpm) da Agricultura, correspondente ao valor da produção (sem transformação e deduzidos os consumos intermédios), teve uma variação negativa de -0,1% ao ano no mesmo período², em contraste com a economia global (PIB) que neste período cresceu a 0,7% ao ano. Se considerarmos os subsídios à produção, os impostos e as amortizações, temos o valor acrescentado líquido a custo de fatores (VALcf), que teve uma TMCA ainda mais negativa (-1,2%).
- ▶ O rendimento por ativo agrícola (VALcf/UTA) teve uma TCMA de 1,9%, devido à redução do VALcf em -1,2% e à redução da mão de obra em -3,1%, em que mais pesou a redução da mão de obra familiar;
- ▶ E o rendimento médio por ativo da atividade agrícola (VALcf/UTA) é o 8º mais baixo da U.E., correspondendo a 63% da média em 2021. Um índice inferior ao da economia geral, já que o PIBpc equivale a 74% da média da U.E., sendo o 7º mais baixo dos 28 Estados Membros da União.
- ▶ Um défice alimentar da ordem dos 3.500 milhões de euros (2021), essencialmente associados a importação de cereais, oleaginosas, leguminosas e carne; com uma taxa de cobertura (exportações/importações) de 43,5% (2022); e uma taxa de autoaprovisionamento (corrigida) de 76% (2021).
- ▶ Níveis dramaticamente elevados de riscos abióticos, como os incêndios e bióticos como pragas e doenças, principalmente vegetais;
- ▶ Uma enorme dependência da disponibilidade de água que, num clima como o nosso, determina a eficiência produtiva dos fatores e competitividade;

- ▶ O nível mais alto de envelhecimento da U.E.28 no que respeita aos ativos agrícolas;
- ▶ Um nível médio de apoios da PAC bastante inferior à média da U.E.; e, sobretudo, uma chocante assimetria na distribuição desses apoios;
- ▶ Posição marginal dos agricultores na cadeia de valor, decorrente da sua fraca organização comercial e consequente falta de poder negocial.

Os anos da crise económica (2010-2014) vieram revelar que a agricultura e as florestas são um pilar incontornável da nossa economia, tendo dado um contributo considerável ao país, especialmente em termos da balança comercial com o exterior.

VI- A AGRICULTURA EM PORTUGAL: INTERVENÇÕES PROGRAMÁTICAS ESTRATÉGICAS E URGENTES

Não obstante a sua diminuta expressão no contexto da U.E. (1,7% da produção, 2,4% da SAU e 4,5% dos ativos agrícolas) Portugal é chamado a contribuir para a implementação das políticas comunitárias de sustentabilidade, as quais, conforme acima referido, estão em sintonia com as estratégias estabelecidas a nível mundial no quadro da ONU. Deve fazê-lo, porém, de forma seletiva e adaptada às suas realidades e especificidades, até porque as metas estabelecidas na estratégia F2F são globais, não se aplicando à letra de forma igual a todos os Estados Membros.

É neste contexto que a complexa equação referida na parte inicial deste texto deve ser transposta para Portugal nos seguintes termos: que opções devemos tomar para produzir mais; reduzir o défice alimentar externo; melhorar o nível de segurança dos nossos abastecimentos; aproveitar o potencial produtivo e criar riqueza nos territórios rurais; e ao mesmo tempo reduzir os impactos ambientais e climáticos da nossa atividade agrícola?

Como bem sabemos, em matéria de políticas públicas, as opções são sempre plurais, o mesmo acontecendo, inclusivamente, com a ciência e a técnica. Consequentemente, as propostas e reflexões a seguir apresentadas não pretendem ser mais do que isso mesmo: uma reflexão e um contributo para ajudar a resolver um problema real e da maior importância do nosso país.

Agrupo este contributo em cinco grandes áreas: jovens agricultores; tecnologias, energia, inovação e conhecimento; organização económica da produção; água e regadio; equidade e coesão.

VI.1 – Jovens Agricultores: precisamos urgentemente de renovar as gerações

Coloco esta questão no topo das prioridades, por razões que dispensam justificação, se atendermos ao facto de a idade média dos agricultores portugueses andar pelos 65 anos. Em 2001, os jovens agricultores (com menos de 40 anos) representavam 9,4% do número total de agricultores no nosso país. Em 2021 este valor caiu para 3,9. Algo tem que estar mal numa questão que todos os governos dizem ser prioritária e que utilizam como bandeira das suas políticas agrícolas. Apesar de o Ministério da Agricultura nunca ter feito um estudo sistemático do percurso dos milhares de projetos aprovados no âmbito do apoio da PAC aos jovens agricultores, as razões deste fracasso são relativamente conhecidas, tendo essencialmente a ver com a taxa de mortalidade dos projetos após o período obrigatório de manutenção dos 5 anos (Cunha, Arlindo 2021). Taxa decorrente da desadequação dos instrumentos de apoio e, sobretudo, da falta de um sistema de acompanhamento técnico e de gestão. Por isso considero que existem quatro grandes linhas de ação para conseguir melhorar a situação. A primeira tem a ver com os instrumentos de apoio. Para além de precisarem de ser aliciantes, não se podem limitar à subvenção a fundo perdido. Mesmo juntando o apoio ao investimento com o prémio à primeira instalação, os jovens que não tenham pais ou outros familiares que os apoiem têm dificuldades em obter financiamentos, por falta de histórico na banca. Daí a extrema importância de se criar a título complementar, mas integrado no pacote global de apoio, um instrumento creditício, com garantias públicas ou mutualizadas, para a componente não subvencionada do projeto

de investimento e para o necessário capital circulante.

Em segundo lugar, a política de apoios aos jovens agricultores deve premiar os jovens que tiverem sucesso na execução dos respetivos projetos de primeira instalação com apoios para novos investimentos de redimensionamento, consolidação e melhoria das suas explorações, em condições iguais ou próximas das da primeira instalação, assim como apoiar financeiramente a aquisição de terras confinantes no quadro de projetos de investimento de primeira instalação ou de consolidação, que permitam melhorar a dimensão, rentabilidade e gestão das explorações.

Em terceiro lugar, deverão ser criadas condições de fixação dos jovens agricultores e suas famílias nos territórios das suas explorações, com a institucionalização de um regime de apoio, no quadro da política de coesão, para a aquisição ou reestruturação de habitação própria, ou arrendamento, localizada em territórios rurais de baixa densidade, próximos da sua exploração.

Finalmente, mas talvez a mais importante das medidas a tomar, impõe-se criar um sistema de monitorização e acompanhamento técnico-económico aos projetos de primeira instalação dos jovens agricultores, no quadro do financiamento dos serviços de aconselhamento técnico e de gestão, por forma a reduzir a taxa de insucesso dos projetos aprovados.

Num outro plano, atendendo ao ritmo preocupante de envelhecimento do tecido empresarial agrícola, impõe-se criar um regime diferenciado de apoio a projetos de primeira instalação na agricultura de cidadãos entre os 40 e os 55 anos que optem por residir de forma permanente nas zonas de muito baixa densidade e preencham os demais requisitos a respeito da viabilidade dos investimentos e das qualificações técnicas.

VI.2 - Tecnologia, inovação e conhecimento

O que precisamos neste plano é acelerar a transição do paradigma herdado da Revolução Verde, baseado numa utilização intensiva de *inputs* sintéticos e na

mobilização indiscriminada dos solos, para um novo paradigma que comporte sistemas produtivos mais eficientes na utilização de fatores e, consequentemente, mais amigos do ambiente e da ação climática, designadamente:

- Digitalização e equipamentos para agricultura de precisão;
- Práticas agrícolas que preservem e regenerem os solos e reduzam a contaminação dos lençóis freáticos;
- Recurso às soluções da biotecnologia e melhoramento genético, incluindo o recurso a Organismos Geneticamente Modificados (OGM) que, comprovadamente, não sejam nocivos para a saúde humana e contribuam para poupar água ou reduzir a utilização de fitofármacos;
- Autonomia energética através de soluções renováveis, de que as fotovoltaicas são o exemplo de mais fácil concretização.

Subsistem, porém, vários problemas. O primeiro é que muitas dessas tecnolo-

Uma Gama cada vez mais Completa



Kubota

Gama de Tratores | Tratores Convencionais | Tratores Compactos | Corta Relvas | Veículos Utilitários

Gama de Alfaias e Equipamentos | Sementeira | Forragem | Pulverizadores | Alimentação de Gado

Dispomos de uma vasta rede de Concessionários.

Peça a sua proposta no nosso site:



gias estão ainda em fase experimental implicando elevados investimentos em investigação, inovação e experimentação. O segundo é que a substituição de tecnologias obsoletas a prazo mais ou menos próximo, por tecnologias mais inteligentes e de maior precisão, já conhecidas, implica elevados investimentos, sendo necessários consideráveis apoios públicos para acelerar esta transição. O terceiro problema é que não temos em Portugal uma agricultura homogénea, apenas com culturas especializadas, áreas extensas e economias de escala... Temos sistemas produtivos muito diferenciados, alguns com estruturas agrárias fragmentadas e com diferentes capacidades e calendários de evolução. Apesar disso, impõe-se trabalhar no sentido de adaptação das novas tecnologias aos diferentes sistemas agrários e tipologias de exploração. Em quarto lugar, para regenerarmos os solos e reduzirmos a contaminação dos solos e das águas, precisamos de produzir em escala, a preços acessíveis e em condições de aplicação mecânica, fertilizantes orgânicos curtidos a partir dos estrumes e chorumes das explorações pecuárias, assim como dos desperdícios agrícolas e florestais.

Por fim, duas observações finais a respeito deste ponto. O primeiro é que, para além da prioridade e montante dos recursos a mobilizar para esta mudança de paradigma, é necessário montar uma Rede de Aconselhamento Técnico e de Gestão que apoie, de forma acessível, todas as explorações agrícolas. E o segundo é que uma mudança de paradigma tecnológico leva no mínimo uma geração, havendo que gerir a implementação das políticas por forma a que a transição não se faça com redução de produção e de valor acrescentado.

VI.3 - Organização Económica da produção

Trata-se de melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor, já que fruto de vários fatores, designadamente os dois *rolos compressores* da globalização e da distribuição alimentares, encontram-se ensanduichados entre o oligopólio do mercado dos fatores de produção e o oligopsónio da procura (distribuição). Consequentemente, foram transformados em *parentes pobres* da cadeia de valor, cabendo-lhes apenas cerca de 24% do valor final pago pelos consumidores³.

Temos algumas fileiras mais organizadas, como o leite, os cereais e o vinho, mas no geral a produção encontra-se desorganizada, atomizada e desvalorizada. Em 2011 foi criada a PARCA, em 2016 foi aprovado o Código de Boas Práticas comerciais e em 2022 foi determinada, também no âmbito do Ministério da Agricultura, a criação de um observatório dos preços. Sem estarem em causa as boas intenções subjacentes a tais medidas, a verdade é que, a avaliar pelos resultados, não têm passado disso mesmo: boas intenções.

É neste quadro que considero fundamentais três tipos de medidas. A primeira é a criação de uma Entidade Reguladora para a distribuição alimentar, para colmatar a falta de concorrência neste mercado. Trata-se de uma solução regular nas modernas economias capitalistas, em mercados em que, por razões diversas, os níveis de concorrência são muito imperfeitos. Daí que tais entidades já tenham sido criadas em sectores como a eletricidade, o ambiente ou a saúde. A segunda tem a ver com a necessidade de criarmos uma rede densa de comercialização da produção em todo o território nacional. Para além das organizações e agrupamentos de produtores, a forma mais racional de o fazer é a partir da rede de Cooperativas que temos implantadas em todo o território nacional. Sucede, porém, que, contrariamente ao que se passa na generalidade dos Estados-Membros da União Europeia, as Cooperativas têm vindo a perder terreno em Portugal, por não termos sido capazes de encontrar as políticas adequadas para as ajudar na necessária adaptação aos novos contextos de mercado, às condicionantes de gestão e à atomização da estrutura produtiva. Torna-se, assim, fundamental aplicar uma medida específica dirigida à reestruturação e redimensionamento das Cooperativas agrícolas, acompanhada da profissionalização da sua gestão e da reorientação para o mercado. Em terceiro lugar, precisamos de desenvolver um programa robusto de implementação de cadeias curtas de abastecimento em todo o território nacional, especialmente nas áreas rurais e intermédias. Trata-se da constituição de parcerias locais de produção-comercialização-consumo, implementando, sempre que possível, o princípio do abastecimento local de cantinas públicas e de solidariedade social pela produção local, e incluindo progressivamente as superfícies comer-

ciais locais. A rastreabilidade e a garantia dos princípios de segurança alimentar e de bem-estar animal seria garantida pela rede de aconselhamento agrícola.

VI.4 - Água e regadio: precisamos de aumentar as áreas regadas e de melhorar a eficiência da rega

A taxa média de precipitação em Portugal é bastante próxima da de países do Norte e Centro da Europa. A diferença, porém, é que enquanto nessas regiões a chuva é razoavelmente distribuída ao longo do ano, na bacia mediterrânica, incluindo a orla atlântica do sudoeste da Península Ibérica, a precipitação é concentrada no inverno e parcialmente nos finais do outono e início da primavera. Ou seja, fora do período vegetativo das principais culturas. Sem prejuízo dos sistemas culturais de sequeiro, que produzem bens públicos ambientais a níveis iguais ou superiores aos produtivos, só é possível produzir em quantidade e condições competitivas se dispusermos de água para rega.

Não obstante esta evidência, temos assistido entre nós a um debate do tema consideravelmente desfocado, sobrevalorizando os aspetos negativos do consumo de água para rega e subvalorizando os positivos. Além dos benefícios diretos para a produção agropecuária, armazenar água no inverno para a gastar no verão contribui para regularizar as linhas de água, combater a erosão e melhorar os lençóis freáticos. É também um debate enviesado, que raramente refere que Portugal apenas utiliza 9% das disponibilidades totais de água para fins urbanos, industriais, turismo e agricultura incluídos, quando na maior parte dos países europeus este indicador ronda os 20%. Ou seja, se podemos utilizar mais recursos hídricos para criar riqueza sem grandes custos de oportunidade, qual é o problema? A agricultura absorve atualmente 74% do total dos recursos hídricos utilizados, contra os 81% que representava em 2009 e os 81% em 2002⁴. Porém, apenas 13% da superfície agrícola útil (SAU) é regada, a qual sofreu uma redução de 38% nos últimos 20 anos devido especialmente ao abandono da pequena agricultura⁵. Só o Alqueva é que evitou descida maior. Temos não apenas um nível muito baixo de rega, como também uma fraca utilização dos perímetros coletivos devido à degradação de infraestruturas e equipamentos de transporte e distribuição.

O Programa Nacional de Regadios prevê a construção, até 2030, de 55 mil novos hectares de rega e 41 mil ha de melhoria de regadios já existentes. É bom de ver que a área dos novos regadios não chega sequer a 1/6 da área irrigável desaparecida nos últimos vinte anos.

Precisamos, inquestionavelmente, de tecnologias de rega eficientes, mas precisamos de mais água, se pretendemos modernizar a nossa agricultura e produzir mais para reduzirmos o défice alimentar externo. Para além do PNR, que deve ser substancialmente ampliado, importa tomar consciência de que o nosso país tem um gravíssimo problema a resolver na bacia do Tejo, em que se impõe construir alguns açudes para contenção da cunha salina e algumas barragens de armazenamento para regularizar caudais no Verão e abastecer a Região do Oeste, escassa em recursos hídricos. Neste contexto, a barragem do Alvito, no rio Ocreza, em Vila Velha de Ródão, é apontada por vários especialistas co-

Em 2011 foi criada a PARCA, em 2016 foi aprovado o Código de Boas Práticas comerciais e em 2022 foi determinada, também no âmbito do Ministério da Agricultura, a criação de um observatório dos preços. Sem estarem em causa as boas intenções subjacentes a tais medidas, a verdade é que, a avaliar pelos resultados, não têm passado disso mesmo: boas intenções.

mo sendo das mais importantes, assim como a revisão das funcionalidades da barragem do Cabril, no Rio Zêzere, quando terminar a concessão à EDP⁶. E precisamos de construir mais regadios

coletivos privados de pequena e média dimensão, especialmente no norte e no centro do país, onde os regadios públicos são muito escassos.

E precisamos de uma nova cultura na nossa Administração Pública a respeito de uma maior abertura e simplificação dos processos de licenciamento das captações de água, especialmente das superficiais (barragens, açudes, charcas), mas também das subterrâneas onde não existe outra alternativa.

Uma nota final sobre o preço da água para a agricultura a partir dos regadios públicos. Este deverá, naturalmente, incorporar o custo dos investimentos públicos realizados. Deverá, porém, fazê-lo de forma gradual e realista, sem pôr em causa a viabilidade das explorações agrícolas e sem criar distorções de concorrência face aos agricultores espanhóis, que pagam muito pouco ou mesmo nada em bacias como o Guadiana⁷, ou face aos do norte e centro da U.E., onde não é preciso regar.

NUTRIÇÃO E
SAÚDE ANIMAL

DIN 
GRUPE CCPA

A nossa experiência, a sua eficiência

Inovação

PRÉ-MISTURAS
DE VITAMINAS E
MINERAIS

Especialista em nutrição e saúde animal, a D.I.N – Desenvolvimento e Inovação Nutricional, S.A. disponibiliza aos seus clientes soluções nutricionais inovadoras cuja conceção se encontra suportada na constante evolução técnica em nutrição animal.

A nossa equipa multidisciplinar garante a prestação permanente de serviços técnico – veterinários e laboratoriais indo de encontro às necessidades específicas de cada cliente.

Análises Microbiológicas e Físico-químicas

LABORATÓRIO
ACREDITADO

Formulação e Apoio Técnico

Investigação e Desenvolvimento

ESPECIALIDADES
NUTRICIONAIS



D.I.N. Desenvolvimento e Inovação Nutricional, S.A.

Zona Industrial da Catraia | Apartado 50 | 3441-909 SANTA COMBA DÃO (Portugal)
Tel. (+351) 232 880 020 | Fax. (+351) 232 880 021 | geral@din.pt | www.din.pt

VI.5 - Equidade e Coesão para melhorar a resiliência dos agricultores

Vivemos tempos de elevada imprevisibilidade e de volatilidade nos mercados agroalimentares mundiais. Não podemos defender-nos dessa imprevisibilidade por via de medidas protecionistas, tendo em conta os compromissos da União Europeia no quadro da Organização Mundial do Comércio. Além disso, os nossos agricultores são obrigados a adotar padrões elevados de segurança alimentar, de eco-condicionalidade e de bem-estar animal. Justificam-se, assim, plenamente, as medidas de apoio ao rendimento (pagamentos diretos), destinadas a melhorar a resiliência das explorações.

Aqui chegados, torna-se evidente que este tipo de pagamentos, no quadro da PAC, devem dar uma resposta relativamente equitativa a todos os agricultores e sistemas produtivos. Ora isto está muito longe de acontecer, com muitos agricultores excluídos em muitos territórios em virtude de ainda não termos abandonado os direitos históricos, até à muito pouca adaptabilidade dos pagamentos diretos a determinados sistemas de produção, tendo especialmente em conta que o seu montante global é enviesado pelo fator superfície, sobrevalorizando as explorações de maior dimensão e a agricultura extensiva e conservacionista e desvalorizando a produção e o emprego.

São de destacar as desigualdades mais chocantes:

- Na repartição territorial dos pagamentos diretos (52% dos €6.800 milhões da PEPAC 2023-2027), o Norte e o Centro juntos, representando 43% do Valor Acrescentado Agrícola (VAB) e 68% do emprego agrícola, recebem 39% desses apoios; em contraste com o Alentejo que, com 23% do VAB e 14% do emprego, recebe 45% de tais pagamentos; isto porque aquelas regiões juntas apenas acumulam 34% da SAU, enquanto que esta detém 56%. Ou seja, o acima referido fator superfície a determinar a distribuição territorial dos apoios, tendo em conta o contraste das estruturas agrárias do nosso país a norte e a sul do Tejo.
- No acesso dos agricultores aos apoios da PAC, expressa na enorme diferença do rácio entre a superfície inscrita nos ficheiros do IFAP (SPE) e a SAU total, com vastos territórios a Norte

do Tejo e no Algarve com valores abaixo dos 50%, em contraste com percentagens de 73% para Lisboa e Vale do Tejo ou 90% para o Alentejo (Cordovil, 2020).

É um facto que o regime de pagamento simplificado à pequena agricultura e o pagamento redistributivo atenuam estas assimetrias. Estão, porém, muito longe de assegurar um mínimo de equidade. Foi para tentar obviar a esse problema que o Governo aprovou a Resolução do Conselho de Ministros 21/2021, que estabelecia como meta aumentar em 25%, até 2025, os apoios da PAC nas áreas de maior risco de incêndio (definidas na Portaria 301/2020) que determinava que até 2024 fossem aumentados os apoios da PAC em 25% nestes territórios. Tendo decorrido já metade do período em questão e considerando que o PEPAC não desenhou qualquer medida específica para estes territórios⁸, não será difícil chegar à conclusão de que estaremos perante mais uma medida política bem intencionada...mas que também não passará disso.

Nessas áreas vulneráveis, assim como nas de muito baixa densidade, em acentuado risco de despovoamento e abandono, impõe-se concentrar e operacionalizar algumas medidas especiais de apoio, para além dos instrumentos normais do PEPAC, sob pena de já não irmos a tempo para evitar o despovoamento total e a morte económica de tais territórios. Destaco as seguintes:

- Uma ativação de direitos de pagamentos diretos a todos os agricultores em atividade;
- Um pagamento complementar especial ao destinado à manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas (MZD); ou uma modulação deste para estas áreas;
- Uma majoração substancial dos pagamentos redistributivos;
- Uma taxa de apoio ao investimento mais elevada;
- Um programa de infraestruturas, construção de pequenas barragens, açudes, sistemas de irrigação, depósitos de água para irrigação por gravidade, reabilitação de construções para habitação e turismo e outras atividades da exploração e apoio à utilização de energias renováveis;
- Uma especial articulação com as medidas da política florestal para as

áreas arborizadas, incluindo as de remuneração de ecoserviços tendo como contrapartida a limpeza das matas e envolvendo em larga escala o financiamento do Fundo Ambiental.

- Isenção de pagamento do IRC às empresas agrícolas, agroindustriais, florestais e de turismo rural que operem nestas áreas;
- Isenção de custos de registo e de IML, durante 10 anos, a quem compre terras contíguas e promova o emparcelamento rural, no quadro de um plano de investimento e gestão das explorações adquirentes.

VII - NOTAS FINAIS

Estamos no início da aplicação de um novo ciclo de políticas para o sector agrícola, o qual é consubstanciado no PEPAC. Devo deixar claro que respeito muito o aturado trabalho de planeamento e programação que este documento encerra, identificando-me com muitas das medidas nele incluídas. Tal não obsta, porém a que, como é normal em sociedades pluralistas, que faça uma análise crítica. E para além das que especifico sobre os cindo temas que abordo no capítulo VI, concluo esta reflexão com duas divergências de fundo sobre opções que formataram este PEPAC.

A primeira tem a ver com a transferência de 15% das dotações do segundo pilar da PAC para o primeiro pilar. Retirar anualmente cerca de 85 milhões de euros à dotação destinada a financiar a modernização da agricultura portuguesa, que tem o atraso que acima sintetizei e que, de resto, é descrito pelas estatísticas oficiais, parece-me um grave erro de estratégia. Compreendo que se tenha querido amenizar os conflitos de gestão dos pagamentos diretos entre sectores e regiões. Mas isso corresponde objetivamente a trocar um bem futuro fundamental, que é uma agricultura mais competitiva, eficiente e geradora de maiores rendimentos, mas que é de longo prazo, pelo conforto, a curto prazo de uma gestão política suave dos pagamentos diretos. A segunda divergência tem a ver com a questão do *ring fencing* ambiental, em que os regulamentos comunitários obrigam os Estados Membros a afetar um mínimo de 25% da dotação do primeiro pilar para medidas relacionadas com o ambiente e o clima e de 35% no segundo pilar. No primeiro pilar, ficámos-nos pelos 35,1%. Porém, no segundo pilar, o PEPAC propõe-se afetar a este

tipo de medidas nada menos do que 47,2%. Ou seja, quase metade da dotação de 2.900 milhões de euros em despesa pública neste pilar (FEADER e componente nacional). É certo que muitas destas medidas têm uma componente produtiva ou, como se diz na gíria técnica, asseguram uma produção conjunta de bens transacionáveis e de bens ambientais. Porém, a produção, a inovação, a tecnologia, a organização das fileiras, a melhoria da posição dos agricultores na cadeia de valor, ou a renovação do tecido empresarial agrícola, não são o foco destas medidas. O que, mais uma vez, dispensa comentários adicionais face ao diagnóstico acima referido. Se estivesse na Holanda, Bélgica, Dinamarca, França ou Alemanha, compreendia uma opção destas. No nosso país, não!

A terminar, fica a esperança e a expectativa de que em próximas reprogramações do PEPAC possamos ajustar melhor as medidas às nossas reais necessidades. ●

NOTAS

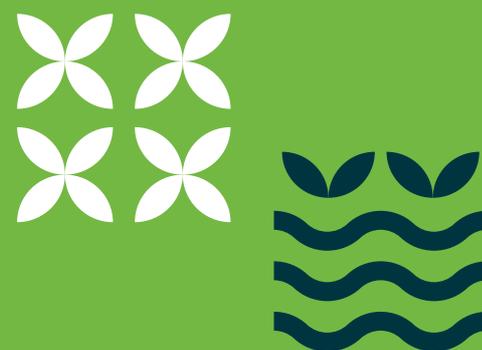
- 1 VAB do CAF= [VAB do Complexo Agroalimentar (=VAB Agricultura+VAB IABT-Indústrias Agroalimentares, Bebidas e Tabaco) + VAB do Complexo Florestal (=VAB Silvicultura+ VAB das Indústrias Florestais)]
- 2 A situação melhorou ligeiramente no subperíodo 2010-2019, com TCMA de 1,4%, 1,8% e 0,6% para a produção, CI e VAB, respetivamente.
- 3 MA-GPP (2020) Documentos Preparatórios do PEPAC—OE 3: melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor. Para além, dos 24% retidos pelos produtores, as agroindústrias absorvem outros 24%, a distribuição alimentar 30% e os serviços de restauração 22%.
- 4 Ver Plano Nacional da Água (DL 76/2016) e Programa Nacional de Regadios (Resolução do Conselho de Ministros 133/2018).
- 5 Neste período passou de 877 para 547 mil hectares.
- 6 Ver conclusões do Seminário da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Abril de 2021.
- 7 Ver declarações de Pedro Salema, Presidente da EDIA em Diário do Alentejo de 2021.04.19.
- 8 Foram criados os Programas Integrados de Transformação da Paisagem nas zonas vulneráveis a incêndios, com financiamento do PRR e do Fundo Ambiental. Trata-se, porém, de investimentos públicos de natureza essencialmente coletiva, que não contribuem a curto e médio prazo para melhorar o rendimento dos agricultores desses territórios.

REFERÊNCIAS

- › Castro Caldas, Eugénio (1998) A Agricultura na História de Portugal, EPN, Lisboa.
- › Comissão Europeia (2020) Estratégia para a Biodiversidade — COM(2020) 380 final.
- › Comissão Europeia (2020) Estratégia Europeia do Prado ao Prato — COM(2020) 381 final.
- › Cordovil, Francisco (2020) Política Agrícola e Equidade Territorial no Limiar 2020 https://www.inia.pt/images/publicacoes/2020/PoL_Agric_Equid_Territ_2020_FCord_Abril_2018_vs3_final.pdf
- › Cunha, Arlindo (2021) Jovens Agricultores: precisamos de uma política robusta e consistente, in em Pedro Reis e Fátima Lorena de Oliveira (eds) Jovens Agricultores — políticas, perfis e desafios, ISA Press, Lisboa.
- › FAO (2018) The Future of Food and Agriculture — alternative pathways to 2050, FAO, Rome.
- › FAO (2022-a) The State of Food Security and Nutrition in the World, FAO, Rome
- › FAO (2022-b) The Future of Food and Agriculture — trends and challenges, FAO Rome.
- › Grigg, D. B. (1978) The Agricultural Systems of the World — na evolutionary approach, Oxford University Press.
- › Ministério da Agricultura (2020) Plano Estratégico da PAC 2023-2027 — documentos preparatórios apresentados para discussão pública, GPP, Lisboa.
- › OCDE-FAO (2022) Relatório sobre as Perspetivas Agrícolas 2022-2031, Paris e Roma.

 consulai

Na natureza do seu negócio



Projetos de Investimento



Projetos de Inovação



Gestão Industrial



Planeamento Estratégico



Gestão de Informação



Estudos Setoriais



Gestão da Sustentabilidade



Comunicação e Disseminação

[consulai.com](https://www.consulai.com)



Lisboa +351 213 629 553
Beja | Fundão | São Miguel
E consulai@consulai.com



NO SECTOR DO AZEITE

AS PREVISÕES APONTAM PARA A 4ª MAIOR PRODUÇÃO DE SEMPRE



TEXTO

PATRÍCIA FALCÃO DUARTE

i FENAZEITES

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou no passado mês de fevereiro as previsões agrícolas, que apontam para uma produção de azeite, na campanha de 2022, a rondar os 1,375 milhões de hectolitros (cerca de 126 mil toneladas), o que corresponde a uma diminuição de 40% face à campanha anterior. Ainda assim, num ano de contrassafra com condições meteorológicas e hidrológicas muito desfavoráveis (altas temperaturas e seca extrema e ataques tardios de gafa e mosca da fruta), e após a produção recorde de azeite de 2021 (com 2,29 milhões de hectolitros, cerca de 210 mil toneladas), a produção de 2022 deverá ser a quarta maior de sempre, apenas abaixo das de 2021, 2019 e 2017 (ver gráfico 1).

O olival tradicional teve uma grande quebra de produção de norte a sul do país, e existiram algumas zonas em que a quebra foi de 90%.

Estas perdas foram compensadas pela entrada em produção de mais olivais novos, em sebe ou em copa, e pelos já plantados que, embora tenham tido uma produção menor do que em 2021, pelas suas características e por serem regados conseguiram manter uma produtividade elevada.

A aposta nas novas plantações assegurou um volume de produção que permitiu que, num ano de contrassafra, Portugal conseguisse produzir 126 mil toneladas, um valor impensável de alcançar há 20 anos.

O PREÇO DO AZEITE SUBIU PARA VALORES INÉDITOS

Espanha é o maior produtor mundial de azeite e as suas campanhas de produção influenciam os preços e mercados portugueses. A última campanha do país vizinho foi marcada pelo longo período de seca e pelas altas temperaturas, que prejudicaram o desenvolvimento dos frutos e provocaram uma quebra de produção de mais de 50% nas principais

GRÁFICO 1 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE AZEITE EM PORTUGAL



Fonte: INE

regiões produtoras, o que significou uma estimativa de produção de 680.000 toneladas (ver gráfico 2).

A quebra de produção em Espanha, aliada à subida acentuada do custo dos fatores de produção, provocou um aumento do preço do azeite neste país para valores inéditos, com o azeite virgem extra a ser transacionado na origem a mais de 5 euros por kg. Este fenómeno teve início a partir de julho de 2022, e em março de 2023 o preço médio é de 5,45 euros por kg.

Em Portugal, o preço do azeite também subiu muito e o azeite virgem extra alcançou os 5,42 euros por kg em janeiro de 2023 (+60% do que no período homólogo do ano anterior) e em março o azeite extra-virgem tem como valor mínimo de transação 5,5 euros por kg (ver gráfico 3).

O azeite está com o preço mais elevado de sempre. No entanto, com a queda de produção na União Europeia e na maior parte dos países produtores da margem sul do Mediterrâneo, não existem stocks que garantam o abastecimento deste produto até ao início da próxima campanha.

Os produtores nacionais queixam-se de não conseguirem assegurar os seus compromissos comerciais e em Espanha o tempo permanece seco, o que não presagia uma boa campanha em 2023/24. Os países produtores da União Europeia têm visto o seu consumo baixar, com a exceção do período da pandemia covid-19, em que as pessoas estiveram confinadas e existiu uma maior preocupação com uma alimentação saudável. Este aumento abrupto do preço do azeite, num contexto de crise económica, faz retrair ainda mais o consumo e o sector vai ter que investir bastante para o conseguir recuperar (ver gráfico 4). Em 2022, Portugal voltou a aumentar a exportação de azeite e, segundo o INE, o valor total foi 929.261 milhões de euros. Os principais destinos continuam a ser Espanha e o Brasil (ver gráfico 5).

GRÁFICO 2 PESO DA PRODUÇÃO ESPANHOLA NA UE



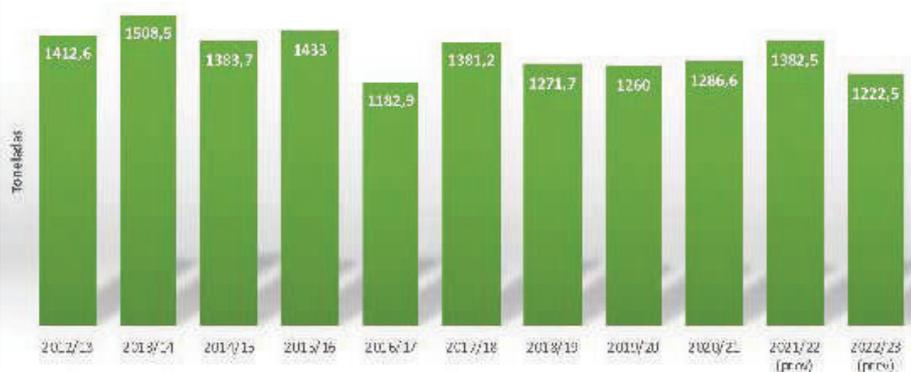
Fonte: COI/UE

GRÁFICO 3 EVOLUÇÃO DO PREÇO DO AZEITE VIRGEM EXTRA EM PORTUGAL



Fonte: SIMA

GRÁFICO 4 EVOLUÇÃO DE CONSUMO NA UE



FONTE: COI

GRÁFICO 5 VALOR EXPORTADO (MILHÕES DE EUROS)



FONTE: INE

Em Portugal vamos voltar a ter uma campanha de safra e, se as condições climáticas forem propícias, podemos bater o recorde de produção de 2022 (210.000 toneladas de azeite).

As grandes preocupações nacionais são:

➤ **A bactéria *Xylella Fastidiosa***, que já apareceu em oliveiras em Mirandela, o que é uma situação extremamente preocupante. Esta bactéria provocou a destruição de uma extensa área de olival em Itália, originando a morte ou o abate de milhões de árvores, com os consequentes prejuízos económicos, ambientais e sociais. É urgente cumprir a legislação em vigor e fazer uma campanha de sensibilização para as pessoas não transportarem plantas para fora das regiões demarcadas e reforçar a fiscalização nas feiras e mercados para que não sejam vendidos materiais vegetativos não certificados.

➤ **Valorização do azeite proveniente dos olivais tradicionais** – Em Portugal, existem cerca de 260.000 hectares de olival tradicional. Estes olivais, na sua maioria extremamente envelhecidos, com um compasso mais largo, de sequeiro (mais suscetíveis aos efeitos das alterações climáticas), com variedades menos produtivas e problemas de falta de mão-de-obra para a apanha da azeitona, estão muito dependentes das ajudas da PAC e do preço do azeite para conseguirem sobreviver. Este ano o preço do azeite está muito alto, mas a produção foi muito baixa. O abandono dos olivais dessas regiões aumenta o risco de propagação de incêndios e consequente aumento das emissões de carbono e maior risco de erosão dos solos. O olival tradicional é de uma grande importância económica, social e paisagística, pelo que é necessário conter o processo de abandono.

A solução para a manutenção do olival tradicional e das variedades portuguesas passa pela valorização desse tipo de azeite através de uma campanha de sensibilização e promoção junto do consumidor.

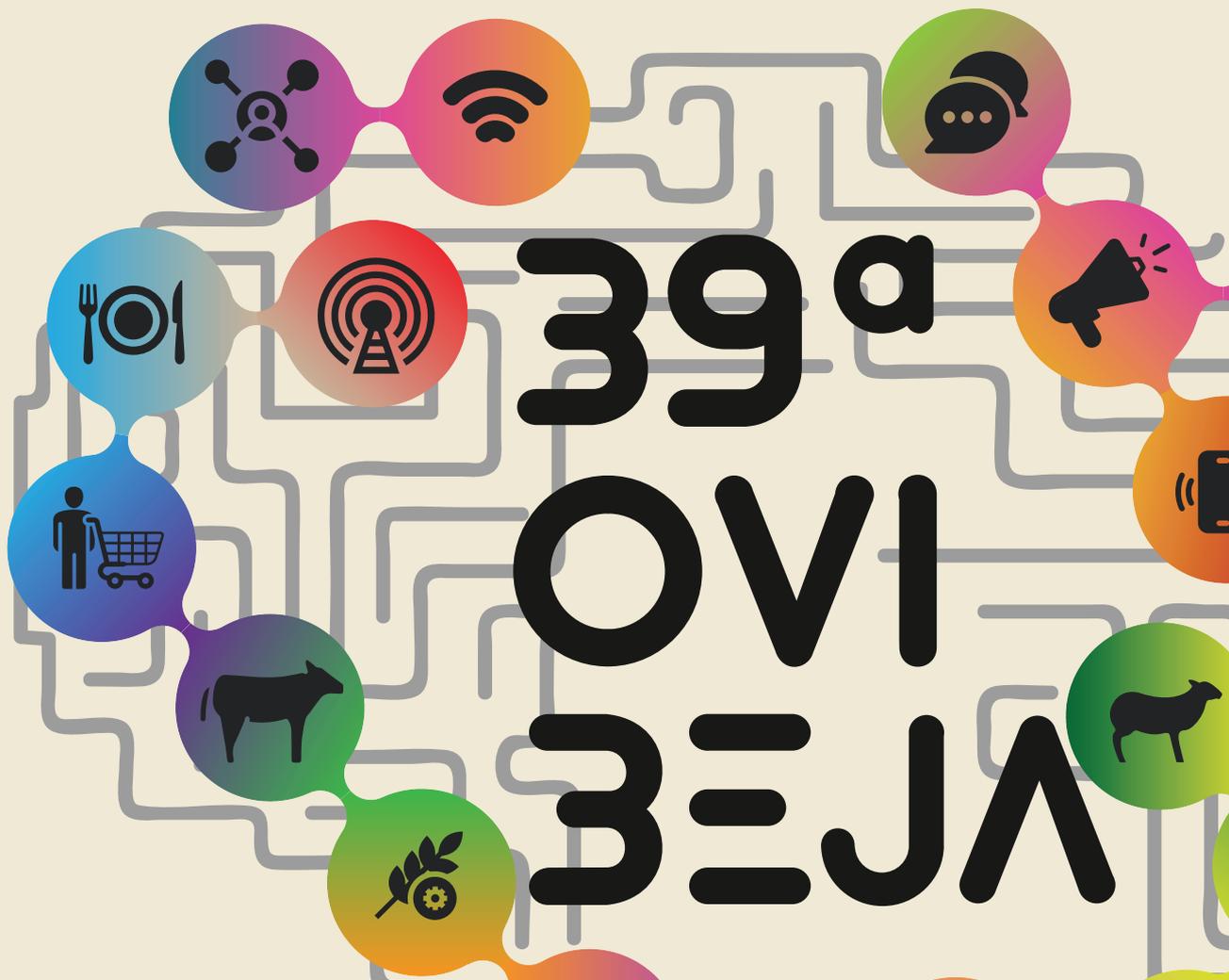
➤ **O destino a dar ao bagaço de azeitona** é uma preocupação sentida em muitos lagares, mas unidades extra-toras estão a investir para suprir as necessidades da secagem de bagaço por forma a não repetir os constrangimentos sentidos no passado.

➤ **Criação de condições de funcionamento para a AIFO** - Associação Interprofissional da Fileira Olivícola. Esta Associação já foi reconhecida em 2006, mas o seu funcionamento continua dependente da criação do N° de Operador Oleícola, da criação da obrigatoriedade de os lagares declararem as suas produções e da aprovação da Extensão de Norma. A Direção reuniu-se com a Ministra da Agricultura que mostrou a sua disponibilidade para apoiar este projeto.

➤ **Novas normas de comercialização** - A Comissão Europeia está a trabalhar na revisão das regras de comercialização e, nesse quadro, abriu uma consulta pública sobre a venda do azeite a granel no retalho. Existem duas posições antagónicas: os países produtores (entre os quais Portugal) rejeitam liminarmente a proposta por considerarem que é um retrocesso em todo o trabalho que o sector tem feito nos últimos anos em prol da qualidade, além de ser um convite à fraude e um risco para a saúde pública. Os países não produtores invocam argumentos de carácter ambiental, tendo como objetivo principal a diminuição de embalagens. A CONFAGRI e a sua associada FE-NAZEITES têm acompanhado esta matéria desde o início e expressado a sua preocupação perante a hipótese de aprovação de uma alteração deste teor. ●

TUDO O ALENTEJO
DESTE MUNDO
BEJA | PORTUGAL

DE 27 DE ABRIL
A 1 DE MAIO
DE 2023



27 DE ABRIL
LUÍS TRIGACHEIRO
DJ GROOVE

28 DE ABRIL
QUATRO E MEIA
DJ NUNO LUZ (RÁDIO COMERCIAL)

29 DE ABRIL
XUTOS E PONTAPÉS
DJ ANA ISABEL ARROJA (RÁDIO COMERCIAL)

30 DE ABRIL
BÁRBARA TINOCO
DJ SEK MINTENDES



ACOS AGRICULTORES
DO SUL

www.ovibeja.pt

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE BEJA E BRINCHES



TEXTO

PAULO MARQUES

 CONFAGRI

1. SEDE DA COOPERATIVA EM BEJA

A Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches (CABB) resultou da fusão, em 2008, da Cooperativa Agrícola de Beja e da Cooperativa Agrícola de Brinches, a primeira com uma forte implementação no sector dos cereais e a segunda com uma atividade essencialmente no sector do azeite. A história da CABB começou quando os agricultores da região perceberam a necessidade de se unir para aceder a fatores de produção com valores mais convidativos, independentemente da dimensão da sua exploração, e para possuírem alguma capacidade de espera relativamente à venda da sua produção, garantindo capacidade de armazenagem e não se verem obrigados a vender após a colheita, com as expectáveis perdas inerentes.

A área de influência da CABB abrange os concelhos de Beja, Serpa e Cuba, sendo que nestes concelhos existe uma área muito significativa que é beneficiada com

o regadio de Alqueva, pelo que uma parte importante da agricultura na área social da CABB está cada vez mais assente nas culturas de regadio, sendo as principais culturas permanentes o Olival e Amendoal e as culturas temporárias de Milho e Cereais de Outono-Inverno. Na zona de sequeiro são ainda semeados Cereais de Outono-Inverno, essencialmente Trigo Mole, Trigo Duro e Cevada Dística.

Atualmente, a CABB é responsável por apoiar e fornecer serviços a um grande número de produtores agrícolas na região, principalmente nas áreas de cerealicultura e olivicultura, que são as principais atividades agrícolas da Cooperativa e na compra e venda de fatores de produção.

Além dessas atividades, a CABB possui um departamento técnico de campo para apoio às culturas dos seus associados, assim como na elaboração de candidaturas dos pedidos de apoio ao rendimento, parcelário e apoio na Produção Integrada

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches

[CONTACTOS]

Rua Dr. Mira Fernandes, 2
7801-901 Beja
PORTUGAL

Telefone: +351 284 322 051

Email: geral@coopbejabrinches.pt

e Agricultura Biológica. Para qualquer um dos sectores indicados, a Cooperativa oferece aconselhamento e acompanhamento técnico das culturas e processamento e comercialização das mesmas.

A CABB é uma entidade importante para a sua área social, pois além de fornecer serviços e suporte técnico aos produtores, também tem um impacto positivo na economia local, uma vez que ajuda a manter e desenvolver a produção agrícola com todos os impactos económicos e sociais inerentes.

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração, Fernando do Rosário



2. FERNANDO DO ROSÁRIO

A Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches desempenha um papel bastante importante no apoio à atividade agrícola. Como avalia esse papel e os respetivos impactos económicos e sociais do mesmo?

A Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches desempenha um papel fundamental no apoio à atividade agrícola na região, oferecendo aos seus associados diversas vantagens e benefícios. Em primeiro lugar, a Cooperativa permite a concentração de oferta da produção dos associados, o que possibilita criar lotes homogêneos e promover a sua valorização pelo incremento de dimensão para promover interesse industrial, sendo responsável pela respetiva laboração e comercialização dos produtos.

Além disso, a Cooperativa disponibiliza o fornecimento de fatores de produção adquiridos em conjunto com equidade de preços, independentemente da dimensão da exploração.

Outra vantagem importante é a existência de estruturas de armazenamento de cereais e azeite, o que permite aos produtores aguardar por evoluções favoráveis de mercado e garantir melhores preços pelos seus produtos.

A Cooperativa também coloca à disposição apoio técnico de campo aos seus associados, o que ajuda a melhorar a qualidade e produtividade das culturas. Em suma, a Cooperativa Agrícola de

Beja e Brinches desempenha um papel importante no apoio à atividade agrícola, oferecendo benefícios que incluem a concentração de oferta, fornecimento de fatores de produção, estruturas de armazenamento, apoio técnico de campo e a criação de dimensão e valorização da produção agrícola, com impactos económicos e sociais significativos.

Que serviços e estruturas a Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches coloca à disposição de todos os associados?

No que respeita à cerealicultura a Cooperativa possui pontos de receção e silos de armazenamento em Beja, Serpa, Cuba e Pias, além de possuir secadores de milho em Beja e Serpa. Na olivicultura, a Cooperativa oferece lagares em Beja e Brinches, postos de receção em Beja, Brinches, Serpa, Pias e Vale de Vargo, capacidade de armazenamento em Brinches, Serpa e Beja, e capacidade de embalagem em Brinches.

Relativamente à compra e venda de fatores de produção a Cooperativa tem estado a aumentar a sua capacidade e neste momento possui lojas em Beja, Brinches, Serpa, Pias e Vale de Vargo, para facilitar o acesso dos agricultores aos fatores de produção.

Além destes serviços e estruturas, a CA-BB oferece um departamento técnico de campo para apoiar os seus associados nas suas culturas, na elaboração de candidaturas ao pedido único, parcelário e no apoio à Produção Integrada e à Agricultura Biológica e respetivo Aconselhamento. Posso dizer que os associados sentem-se apoiados e acompanhados pela Cooperativa e pelas suas infraestruturas, gerando confiança e isso tem facilitado a evolução e transformação das suas culturas, com os devidos impactos no desenvolvimento do sector na região.

Como avalia o estado atual do sector agrícola?

O sector agrícola tem sido um sector com bastante resiliência e evolução, embora pese várias dificuldades como a atual aplicação do novo PEPAC, com perdas significativas para os produtores, bem como a antagónica conjuntura mundial derivado ainda da pandemia e dos efeitos da guerra na Ucrânia que, como consequência, originou aumentos energéticos e dos fatores de produção e ainda que se tenham verificado aumentos nos produtos produzidos, estes são muitas vezes insuficientes para cobrir

PORTUGAL CONTINENTAL



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



SAIBA MAIS SOBRE
A COOPERATIVA AGRÍCOLA
DE BEJA E BRINCHES



3. UNIDADE DE SECAGEM E ARMAZENAMENTO DE CEREIS EM BEJA

os aumentos dos custos de produção, verificando-se também uma instabilidade dos mercados que mais tarde ou mais cedo jogará contra o sector.

A Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches tem crescido significativamente de ano para ano no sector olivícola. Foi uma aposta ganha da parte da Cooperativa e dos seus associados e até onde perspectiva esse crescimento?

A CABB considera que o crescimento no sector olivícola tem sido positivo até ao momento, mas não o vê como uma aposta ganha definitiva, mas sim como uma aposta que tem corrido bem. Acredita-se que o crescimento continuará nos próximos 3 ou 4 anos, com um posterior abrandamento. Nesse sentido, a Cooperativa está a aumentar as suas capacidades de receção, transformação e armazenamento e a melhorar os seus serviços para se adaptar a esse crescimento.

Em 2021, enquanto representante da CONFAGRI, foi eleito Vice-Presidente do Grupo de Trabalho Sectorial do Azeite “Azeitonas e Azeite” do COPA-COGECA, organização que representa os interesses das cooperativas e produtores agrícolas europeus. Como tem decorrido este mandato e como perspectiva o sector olivícola europeu?

A experiência tem sido bastante positiva, com uma enriquecedora troca de experiências e conhecimento aprofundado das realidades dos demais estados

membros. O sector olivícola europeu tem confirmado a sua presença bem como a sua importância.

Como tem sido a produção de cereais na área social da Cooperativa e que medidas seriam importantes para a dinamização da mesma, numa altura em que se fala cada vez mais da importância de reforçar as reservas de cereais do País?

A produção de cereais de Outono Inverno, na área social da CABB, decresceu 35% nos últimos 10 anos, acentuando-se o decréscimo nos últimos anos, devido à redução da produtividade por unidade de superfície por contínua redução de precipitação no ciclo hidrológico e por falta de medidas com incentivos adequados à produção.

No que respeita à nossa região, parte deste decréscimo tem sido abrandado pelo aumento da área produzida em regadio, uma vez que a produção unitária nessas áreas é superior.

Em meu entender é importante reforçar as reservas de cereais do país, como forma de garantir a segurança alimentar mas, para tal, é necessário que sejam implementadas medidas de apoio e estímulos à produção, de forma a torná-la viável para os agricultores. O agricultor é um agente económico, faz grande parte do seu trabalho por amor e paixão mas também necessita de ter viabilidade económica. Todos os países deviam ter um mínimo de estabilidade financeira e alimentar para que não fiquem expostos às dificuldades de outros países.

Durante a pandemia e neste contexto generalizado de crise que atravessamos, potenciado pela Guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a agricultura tem demonstrado o papel estratégico extremamente importante que pode desempenhar na economia nacional. Em seu entender está na altura do País assumir a agricultura como o Desígnio Nacional por excelência?

Sem dúvida. Julgo que nos momentos difíceis são mais visíveis os efeitos da globalização. A exposição da nossa alimentação aos mercados mundiais, sem que se pratique uma política de produção nacional, com a existência de algumas reservas de determinados alimentos ou com a existência de determinadas produções estratégicas em produtos base da nossa alimentação, expõe-nos à volatilidade dos mercados mundiais bem como à escassez de produto quer por falta de oferta, quer por encerramento de mercados, com todas as dificuldades e consequências inerentes.

Hoje temos de pensar que todos os países para serem independentes e autónomos e terem uma economia sustentável têm de ter uma agricultura forte, e o nosso país não é de forma alguma exceção. É fundamental e urgente a implementação de uma real estratégia para o sector que traduza a sua importância e o encare como um sector estratégico nacional.

Nesta estratégia as Cooperativas deverão também elas ser encaradas como um parceiro essencial em todo o processo?

Acredito que as Cooperativas devem ser consideradas parceiros essenciais em todo o processo, tanto pela sua dimensão, quanto pela sua capacidade de armazenamento e concentração de produto. Além disso, elas têm o potencial de agir como contrariadores da especulação de mercado e fidelizar os agricultores que as conhecem. Para isso, é necessário que sejam implementados programas e medidas que permitam às Cooperativas potencializarem o seu desenvolvimento e dos respetivos sectores. O papel que elas desempenham é vital para a economia e a sociedade, principalmente em nível local.

A Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches tem efetuado alguns investimentos, num esforço de modernização, ampliação e diversificação. Que investimentos realizados gostaria de destacar?

A Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches tem realizado investimentos significativos

nos últimos cinco anos, com o objetivo de modernizar, ampliar e diversificar as suas operações. Alguns investimentos realizados só nos últimos 5 anos e que se destacam são:

- Em 2017, foi instalado um secador em Serpa com capacidade de secagem de 1.200 ton/24 horas;
- Em 2019, foi instalada uma linha de extração de azeite com capacidade para 450 ton/24h no lagar de Brinches;
- Em 2021, houve a substituição do secador de milho de Beja devido a um incêndio. O novo secador possui capacidade para 1.000 ton/24h, um aumento significativo em relação ao anterior, que possuía capacidade para 700 ton/24h;
- Em 2021, foi instalada uma nova linha de extração de azeite com capacidade para 550 ton/24h no lagar de Brinches;

Participa igualmente em alguns projetos europeus em conjunto com a CONFA-GRI. Pode-nos falar um pouco sobre os mesmos e que balanço faz da parceria?

A parceria tem sido muito positiva, quer na parte experimental e de desenvolvimento, quer na adequação e transposição técnica. No âmbito dessa parceria a Cooperativa esteve envolvida no projeto Life Gaia Sense e Agrosmartglobal e está envolvida neste momento no projeto Digifarm2all.

O apoio da CONFAGRI tem sido bastante favorável nessa área e tem-nos permitido executar estas iniciativas e estar presentes nessa partilha e troca de conhecimento com os restantes estados membros.

Em seu entender que medidas poderiam influenciar positivamente o desenvolvimento do sector agrícola?

Necessitamos de competitividade mas nunca menosprezando a estabilidade, e nesse sentido seria bastante interessante a implementação de seguros agrícolas adequados às aleatoriedades climáticas. Menciono o exemplo de um seguro integrado que existe em Espanha que consegue segurar algumas quantidades da cultura, mesmo em anos menos favoráveis. Esse tipo de seguro envolve a participação de três vetores fundamentais: o Estado, as seguradoras e os agricultores, que participam juntos no risco. Este seria um fator muito importante para a manutenção de determinadas atividades que têm sofrido com a instabilidade climática cada vez mais acentuada.

No que respeita ao Plano Estratégico da PAC (PEPAC), que aspetos positivos e negativos gostaria de destacar do mesmo e, em seu entender, que medidas fazem falta neste PEPAC?

Em meu entender este PEPAC traduz-se numa perda de rendimento para os agricultores e a forma como os apoios podem ser acedidos é bastante complexa. As medidas deviam ser mais acumuláveis, mais facilitadas as candidaturas e deviam ficar, de certa forma, ligadas à parte produtiva, para tentar fomentar que se produza mais. Até na perspetiva da necessidade de cada vez produzirmos mais e pensando na nossa soberania alimentar que falámos anteriormente. Se houver um maior ligamento dos apoios à produção as pessoas são obrigadas a manter as atividades.

Como avalia a relação da Cooperativa com a CONFAGRI?

A relação é muito interessante e tem sido muito proveitosa em termos bilaterais. Acho a CONFAGRI um ótimo parceiro com todo o apoio que nos disponibilizam e nós também o procuramos ser. É uma parceria ótima para ambos os lados.

Que mensagem gostaria de deixar a todos os associados, clientes e potenciais clientes?

Gostaria de deixar uma mensagem de incentivo e o desafio para que os agricultores se juntem à Cooperativa, promovendo o crescimento de ambos e com proveito mútuo.

Experimentem utilizar os nossos produtos, os nossos serviços, a fazer transações através da Cooperativa, experimentem associar-se a nós e vão ver que este desafio vai ser correspondido da nossa parte. ●



4. LOJA DA COOPERATIVA EM BRINCHES

- Em 2022, foi instalada uma linha de extração de azeite com capacidade para 1.000 ton/24h no lagar de Brinches.

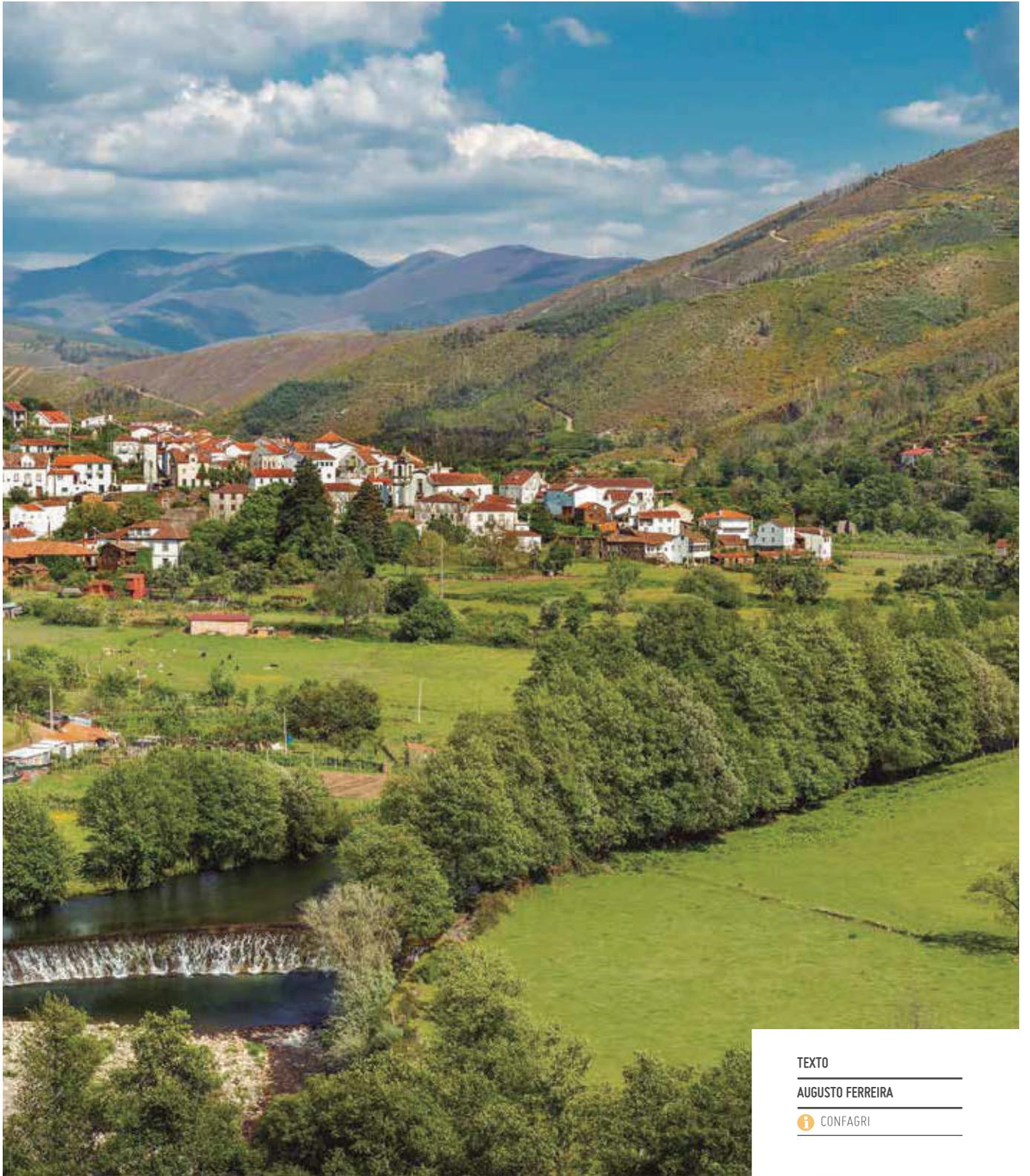
Todos estes investimentos são realizados para podermos laborar o produto nas melhores condições possíveis e podermos valorizar ao máximo o mesmo.

A Cooperativa pretende continuar a expandir as suas atividades e, para isso, considera a construção de um novo lagar em Beja, reduzindo a necessidade de transporte de azeitonas para Brinches e aumentando a capacidade de processamento.

Além disso, a Cooperativa também está a considerar a possibilidade de dar os primeiros passos na questão da amêndoa, com uma primeira transformação nos frutos secos, tirando a casca à amêndoa para poder ser transportada com menor custo associado.



5. AZEITE FLOR DO ALENTEJO



TEXTO

AUGUSTO FERREIRA

 CONFAGRI

ECORREGIMES — PORQUÊ?

Nesta breve reflexão, pretende-se chamar a atenção para a importância dos agricultores aderirem, sempre que reúnam as respetivas condições de elegibilidade, aos «Ecorregimes».

Os «Ecorregimes» ou «Regimes ecológicos» são pagamentos concedidos para incentivar e remunerar o fornecimento de bens públicos através de práticas agrícolas benéficas para o ambiente e para o clima, de adesão voluntária, com um nível de exigência que vai para além dos requisitos obrigatórios estabelecidos no sistema da condicionalidade, com o objetivo de melhorar o desempenho da PAC em termos ambientais e climáticos. Cada Estado-Membro, no respetivo plano estratégico da PAC, foi obrigado a estabelecer e prestar apoio a regimes voluntários para o clima e o ambiente, incluindo o bem-estar dos animais. Devendo, em cada ano civil de 2023 a 2027, alocar pelo menos 25% das dotações financeiras para pagamentos diretos. Ou seja, no caso de Portugal serão cerca de 25% do somatório de 613,5 milhões de euros correspondente aos pagamentos diretos de 2023, a que acrescem cerca de 85 milhões de euros, provenientes da transferência de dotação do investimento para o primeiro pilar.

Quanto à remuneração (montante do apoio), de cada «Ecorregime», o respetivo cálculo do apoio tem, supostamente, em consideração o nível de sustentabilidade e ambição do regime ecológico, com base em critérios objetivos e transparentes. Da análise do quadro comparativo entre os pagamentos anuais aos agricultores nos anos 2020, 2021 e previsão para 2026 (Quadro 1), é possível observar que os produtores, em termos globais, irão sofrer uma redução nos pagamentos



ENFARDADEIRA FBP 3135



SEMEADOR DE SEMEITEIRA DIRETA SDE3000



GRADE RÁPIDA

BE STRONG, BE KUHN



GADANHEIRA FRONTAL



JUNTADOR DE FENOS



GADANHEIRA LIFT CONTROL



M. Edifício Auto Industrial | Estrada da Circunvalação | 2794-065 Carnaxide
T. +351 210 009 771
E. divagricola@auto.industrial.pt
W. divisaoagricola.autoindustrial.pt

QUADRO 1 Comparação dos pagamentos anuais aos agricultores nos anos 2020, 2021 e previsão para 2026

Valores dos pagamentos aos produtores do PU	2020	2021	PEPAC - Programado PU2026	2026
SPE (ha)	3 236 941	3 289 304	SPE	3 233 128
DIREITOS RPB (N.º)	2 868 273	2 893 351	Direitos ARB	0
APOIOS ASSOCIADOS	127 373 850	129 036 787	Apoios associados (antigos)	142 191 800
			Novos	18 675 000
VACAS ALEITANTES	65 320 702	62 538 588	Vacas aleitantes	50 995 300
VACAS LEITEIRAS	13 537 081	14 647 606	Vacas leiteiras	17 006 500
TOMATE	3 212 597	3 903 306	Tomate	5 130 000
ARROZ	6 851 753	7 005 216	Arroz	11 997 000
OVINOS E CAPRINOS	38 731 617	40 942 070	Ovinos e caprinos	38 388 000
RPA	42 338 739	39 585 502	RPA	67 888 590
RPB	259 326 952	261 133 109	RPB	260 913 461
RPB JOVENS	2 673 640	2 621 371	RPB jovens	0
GREENING	191 863 444	193 770 452	Ecorregimes	181 320 436
REDISTRIBUTIVO	42 742 311	43 694 694	Redistributivo	72 479 366
AJUDAS DIRETAS – TOTAIS 1.º PILAR	666 318 935	669 841 914	Ajudas Diretas – TOTAIS 1.º PILAR	724 793 653
MEDIDAS AGROAMBIENTAIS	146 158 636	223 328 362	Medidas Agroambientais	77 938 800
MZD TOTAIS	142 185 644	145 874 860	MZD totais	130 000 000
(CONSTRANGIMENTOS ESPECÍFICOS)	738 468	757 111	(Constrangimentos específicos)	
(OUTROS CONSTRANGIMENTOS NATURAIS)	35 926 766	36 888 306	(Outros constrangimentos naturais)	
(MONTANHA)	105 520 409	108 229 443	(Montanha)	
AJUDAS PU 2.º PILAR - (FEADER)	288 344 279	369 203 222	AJUDAS PU 2.º pilar - (FEADER)	207 938 800
TOTAL DE PAGAMENTOS ANUAIS AOS PRODUTORES	954 663 214	1 039 045 136	TOTAL de PAGAMENTOS ANUAIS aos PRODUTORES	932 732 453

FONTE: ADAPTADO DE GPP, 2023

anuais superior a 100 Milhões €/ano com a entrada em vigor do PEPAC.

A origem dessa importante redução de pagamentos aos agricultores, identifica-se de imediato com a acentuada redução das dotações para as Medidas Agroambientais no PEPAC, que passam de uma dotação anual superior a 273 M€ para uma dotação anual inferior a 78 M€, em resultado da transferência das intervenções Agricultura Biológica (AB) e Produção Integrada (PRODI), para o 1.º pilar, na condição de Regime ecológico – ECORREGIME.

A falta de “imaginação” do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), a incapacidade para aceitar outras propostas de «Ecorregimes» e o receio de não conseguir a adesão voluntária dos agricultores para o cumprimento da

meta dos 25% das dotações financeiras para práticas agrícolas benéficas para o ambiente e para o clima, teve como resultado “pegar” em medidas cuja adesão está, mais ou menos, garantida e “transformá-las” em «Ecorregimes», resultando um claro prejuízo para os agricultores nacionais. Existiam outras alternativas, como as que foram seguidas em Espanha, onde foram criados «Ecorregimes» simples e transversais a todos os sectores, e que permitiam, por um lado a manutenção de um apoio equivalente ao antigo “Greening” e, por outro lado, a manutenção das intervenções Agricultura Biológica e Produção Integrada no 2.º pilar (intervenções de desenvolvimento rural).

Perante o cenário traçado pelo PEPAC,

qualquer “remendo” que venha a surgir apenas poderá vir a melhorar significativamente a situação dos pagamentos dissociados, o que claramente não beneficia os agricultores que serão mais afetados pelo “Pacto Ecológico Europeu” (*Green Deal*), servindo unicamente para dar mais uma “machadada” no orçamento do 2º pilar, destinado ao investimento, modernização, competitividade e desenvolvimento sustentável do sector agrícola nacional. Face à importância que os «Ecorregimes» irão ter para os agricultores, é importante conhecer todos regimes ecológicos para o clima, o ambiente e o bem-estar dos animais à sua disposição, e que incluem as seguintes intervenções, com periodicidade anual e efeitos a partir de 1 de janeiro do ano de candidatura até

31 de dezembro:

- a) Agricultura biológica (Conversão e Manutenção);
- b) Produção integrada (PRODI) — Culturas agrícolas;
- c) Maneio da pastagem permanente;
- d) Promoção da fertilização orgânica;
- e) Melhorar a eficiência alimentar animal para redução das emissões de gases com efeitos de estufa;
- f) Bem-estar animal e Uso racional de antimicrobianos;
- g) Práticas promotoras da biodiversidade.

A finalizar, importa realçar que estes são os «Ecorregimes» existentes, e que a candidatura aos mesmos impedirá o agravamento da situação de quebra de apoios com que os agricultores se irão confrontar.

NOTAS DA PORTARIA N.º 54-E/2023 DE 27 DE FEVEREIRO, QUE ESTABELECE O REGIME DE APLICAÇÃO DOS APOIOS A CONCEDER NO QUE SE REFERE AOS «ECORREGIMES»

➤ AGRICULTURA BIOLÓGICA — CONVERSÃO E MANUTENÇÃO:

A intervenção abrange todo o continente, tendo como objetivo apoiar os sistemas de agricultura e pecuária convencional na conversão para o modo de produção biológico ou a sua manutenção no referido modo de produção.

Os montantes dos apoios são modulados por escalões de área de grupo de culturas e por escalões de efetivo pecuário, com a superfície forrageira (SF) elegível a

ser contabilizada para pagamento se se verificar um encabeçamento mínimo na exploração de 0,200 CN/SF considerando o efetivo de bovinos, ovinos e caprinos, do próprio, em pastoreio.

Os montantes indicativos de apoio unitário, por escalão de área e grupo de culturas, variam entre 18 €/ha e 927 €/ha. Os montantes indicativos unitários, por escalão de efetivo, variam entre 10 €/CN e 48 €/CN.

➤ PRODUÇÃO INTEGRADA (PRODI) — CULTURAS AGRÍCOLAS

A intervenção abrange todo o Continente, tendo como objetivo apoiar a adoção de práticas do Modo de Produção Integrada nas culturas agrícolas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 256/2009, de 24 de se-

NOVOS TRACTORES COMPACTOS

IDEAIS PARA PEQUENAS PROPRIEDADES



LOVOL



LOVOL TRACTORES
Compactos, Fiáveis e Robustos de 25 a 75 CV



PREET AVENGER
Trator compacto, Ergonómico e Elegante de 20 e 26 CV



Edifício Auto Industrial, Estrada da Circunvalação,
2794-065 Carnaxide | +351 210 009 752
divisaoagricola.autoindustrial.pt tractorluso.pt



tembro, e respetivo normativo relativo à «Produção Integrada».

Os montantes dos apoios correspondem a pagamentos por hectare de culturas temporárias e culturas permanentes, modulados por escalões de área e de grupo de culturas.

Os montantes indicativos de apoio unitários, por escalão de área e grupo de culturas, variam entre 8 €/ha e 552 €/ha.

➤ **GESTÃO DO SOLO - MANEIO DA PASTAGEM PERMANENTE**

A intervenção abrange todo o Continente, tendo como objetivo apoiar a adoção de práticas, nas explorações agrícolas que detenham prados e pastagens permanentes naturais ou semeados sem predominância de vegetação arbustiva, incluindo em sob coberto, que permitam aumentar a capacidade de sumidouro de carbono do solo e proteger o solo contra a erosão, promovendo a utilização eficiente dos recursos e apoiando a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas no sector agrícola.

O apoio é diferenciado em função do nível de encabeçamento de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e equídeos, em pastoreio, do próprio, expresso em Cabeças Normais (CN) e modulado por escalões de área de prados e pastagens permanentes sem predominância de vegetação arbustiva.

Os montantes indicativos de apoio unitário, por escalões de área de prados e pastagens permanentes e por níveis de encabeçamento, variam entre 18 €/ha e 75 €/ha.

➤ **GESTÃO DO SOLO - PROMOÇÃO DE FERTILIZAÇÃO ORGÂNICA**

A intervenção abrange todo o Continente, com exceção das zonas vulneráveis a nitratos definidas na Portaria n.º 164/2010,



de 16 de março, tendo como objetivo a substituição dos fertilizantes inorgânicos por orgânicos, reduzindo a emissão de óxido de azoto, contribuindo assim para minimizar o efeito dos gases de efeito de estufa, a melhoria da fertilidade dos solos através do incremento do teor de matéria orgânica, o sequestro de carbono, o aumento da capacidade de retenção de água no solo, bem como a adoção de boas práticas de valorização agrícola de efluentes pecuários, nomeadamente com o objetivo de diminuir as emissões de amoníaco, e promover a economia circular.

O montante indicativo do apoio unitário a conceder tem o valor de 50 €/ha para as culturas temporárias, culturas permanentes ou prados e pastagens permanentes com valorização agrícola de efluentes pecuários.

➤ **MELHORAR EFICIÊNCIA ALIMENTAR ANIMAL PARA REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES COM EFEITOS DE ESTUFA (GEE)**

A intervenção abrange todo o Continente, tendo como objetivo promover boas práticas de eficiência alimentar, de maneio e de saúde animal nas explorações pecuárias de bovinos de leite e bovinos de carne, de forma a reduzir as emissões de metano, com o objetivo de contribuir para a mitigação das alterações climáticas.

Os montantes do apoio a conceder são indicativos e modulados por escalões de efetivo pecuário, variando entre 5 €/CN e 25 €/CN.

➤ **BEM-ESTAR ANIMAL E USO RACIONAL DE ANTIMICROBIANOS**

A intervenção abrange todo o Continente, tendo como objetivo melhorar o bem-estar dos animais, das espécies bovina e suína, explorados em regime intensivo através de promoção de boas pecuárias, de forma a contribuir para uma melhor resposta do sector agropecuário às exigências da sociedade no que se refere ao bem-estar dos animais, bem como promover uma utilização mais racional de antimicrobianos nas espécies bovina e suína com o objetivo de reduzir o seu uso.

Na tipologia Bem-estar animal, o apoio indicativo é atribuído por escalões de CN do efetivo pecuário, variando entre 20 €/CN e 25 €/CN. No «Uso racional de antimicrobianos» os montantes unitários são indicativos, por escalões de CN do efetivo pecuário e espécie, variando entre 22 €/CN e 30 €/CN.

➤ **PRÁTICAS PROMOTORAS DA BIODIVERSIDADE**

A intervenção abrange todo o Continente, tendo como objetivo a promoção de áreas ou elementos com interesse ecológico e ambiental que proporcionem e potenciem os serviços de ecossistema e a melhoria da biodiversidade.

O montante unitário indicativo de 10 €/ha, é atribuído por hectare elegível de terra arável ou de culturas permanentes e prados e pastagens permanentes sem predominância de vegetação arbustiva. ●

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO ALENTEJO CENTRAL

TEXTO

PAULO MARQUES

 CONFAGRI



1. IMAGEM DA NOVA SEDE EM ÉVORA EM FASE DE CONSTRUÇÃO

Com mais de 100 anos de história, mais propriamente 112 anos, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) do Alentejo Central é uma instituição financeira que resulta da fusão estratégica de várias Caixas Agrícolas da região, a última realizada em 2020 com a CCAM de Sousel. Com este processo de fusões, a CCAM do Alentejo Central visou a obtenção de ganhos de eficiência e a resposta às crescentes exigências do mercado e regulamentares do sistema financeiro. Apesar das mudanças estruturais, a CCAM do Alentejo Central conseguiu manter a sua identidade e os valores que sempre distinguiram as Caixas Agrícolas que lhe deram origem. Assim, mantém-se fiel à sua missão de apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações da região, respeitando a sua história e forma própria de atuar.

A CCAM do Alentejo Central desenvolve a sua atividade nos concelhos de Évora, Reguengos de Monsaraz, Vila Viçosa, Alandroal, Mourão, Portel, Redondo, Sousel e Arraiolos,

através de uma rede de 19 agências, que são: Praça do Giraldo, em Évora (Sede); Parque Industrial, em Évora; S. Manços; Portel; Sousel; Monte do Trigo; Redondo; Montoito; Reguengos de Monsaraz; S. Pedro do Corval; Mourão; Santiago Maior; Alandroal; Vila Viçosa; S. Romão; Arraiolos; Vimieiro, Cano e Casa Branca.

A Instituição constitui-se como um parceiro ativo no desenvolvimento da economia regional, fornecendo um vasto leque de serviços de qualidade às populações locais. Em alguns casos, seja através da Agência ou com a presença de ATM's é o único ponto de contacto das comunidades com os serviços de uma instituição de crédito. Em 31 de dezembro de 2022, a CCAM do Alentejo Central possuía um crédito concedido total de 281.126.620 €, sendo cerca de 40% concedido em operações de crédito agrícola. A instituição também registou cerca de 349.185.935 € milhões de euros em depósitos e fechou o exercício de 2022 com um resultado líquido positivo de 3.026.289 €.

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

CCAM do Alentejo Central

[CONTACTOS]

Praça do Giraldo 12-15,
7000-508 Évora

PORTUGAL

Telefone: +351 266 709 741

Email: alentejocentral@creditoagricola.pt

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração da CCAM do Alentejo Central

A CCAM do Alentejo Central encontra-se bem implantada na sua área social através da sua vasta rede de Agências. Como avalia o papel económico e social desempenhado atualmente pela Caixa na sua Região?

A CCAM do Alentejo Central está implantada na região desde 1911, estando presente em nove concelhos e possui uma vasta rede de Agências que acompanham as necessidades de cada concelho, tanto em termos de



2. JOSÉ TRAPICOS NUNES, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

desenvolvimento económico como social. Nesta realidade, a Caixa assume um papel proactivo de acompanhamento próximo dos diversos agentes económicos, das pessoas individuais e até das autarquias, de que resulta um conhecimento profundo da realidade regional e das suas necessidades. Deste acompanhamento próximo resultam reuniões regulares, e sempre que se justifique, com todos os agentes referidos anteriormente.

Como tal, a Caixa desempenha um papel fundamental na sua região, quer em termos económicos, quer em termos sociais, que tem sido merecedor de reconhecimento e de preferência por parte da população e dos agentes económicos ao longo dos anos, de que resulta a sua longevidade e forte implantação na região.

A CCAM Alentejo Central adotou esta designação há 15 anos, no entanto as suas raízes remontam a 1911. A proximi-

dade e o profundo conhecimento da sua área social têm sido fatores decisivos no longo percurso da CCAM?

Sem dúvida. Na nossa constituição temos atualmente nove Caixas originárias e dessas, seis seriam centenárias. A proximidade, a sua natureza cooperativa e o conhecimento da sua região são fatores distintivos da Caixa relativamente a outras Instituições Financeiras. A Caixa através da sua vasta rede de Agências faz parte das Comunidades e desenvolve um esforço muito grande de interação com as mesmas, procurando entender as necessidades e solucionar os problemas, que contribui para este sentimento de proximidade e confiança que existe entre a Instituição e as populações e agentes económicos da sua área social.

Apesar da grande concorrência existente, a CCAM do Alentejo Central tem conseguido uma evolução sustentável da sua atividade ao longo dos últimos anos e reforçado a sua posição no mercado. Que outros fatores estão na base desta estratégia bem-sucedida?

A Caixa conta com uma equipa de colaboradores altamente capacitada, maioritariamente com formação académica e na qual a Caixa aposta fortemente em termos de formação contínua. Existe um esforço no sentido de captar recursos e de acompanhar todos os processos de crédito existentes ou em análise, com a gestão rigorosa dos procedimentos e cumprimento de todas as exigências dos reguladores em todos os indicadores. Destaco ainda outros fatores como a realização de fusões sustentadas, por forma a obter ganhos de escala e a criação de sinergias, o apoio às empresas através de um gestor dedicado que procura ajudar as mesmas no que for possível, a qualidade dos produtos e serviços que a Caixa ofere-

PORTUGAL CONTINENTAL



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



3. MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESQ. PARA A DIR.: LUÍS MADRUGA; JOSÉ TRAPICOS NUNES; FRANCISCO FERRO; HENRIQUE SAMPAIO



SAIBA MAIS SOBRE
CCAM DO ALENTEJO CENTRAL



ce aos seus clientes e associados está ao nível do melhor que existe no mercado. A Caixa coloca à disposição dos seus clientes uma oferta global de produtos e serviços onde se incluem todos os serviços de crédito, serviços internacionais, serviços de recursos, de fundos, de seguros, em que diria que somos o único banco que tem um verdadeiro serviço de seguros universal, em que temos todos os seguros que os nossos clientes possam necessitar, e um serviço técnico permanente de apoio aos nossos agricultores em que auxiliamos na



4. AGÊNCIA DE ÉVORA - PARQUE INDUSTRIAL



5. AGÊNCIA DE SOUSEL

apresentação de projetos, nos pedidos de apoio ao rendimento, entre outras coisas, e isso faz toda a diferença. Diria que tudo aquilo que o cliente possa necessitar, no CA ele tem encontrado e irá encontrar.

Gostaria ainda de destacar que a Caixa não tem só produto *standard*, tem a flexibilidade para ajustar determinados parâmetros dos produtos à real necessidade do cliente e dar uma resposta rápida às solicitações, uma vez que o centro de decisão está na Caixa.

Em 2021, a CCAM do Alentejo Central realizou a fusão com a CCAM de Sousel. Quais os objetivos na base desse processo e que avaliação faz do mesmo?

O caminho era a consciência da necessidade de crescer, uma Caixa pequena não tem condições para sobreviver no atual contexto, quer em termos de mercado, quer em termos do cumprimento das regras de supervisão. Com esta fusão conseguimos uma economia de escala com a redução de custos parti-

lhados, bem como o aumento da capacidade creditícia. O mercado tem crescido e alguns investimentos assumem já alguma dimensão e a fusão trouxe a possibilidade de alcançarmos esses investimentos.

As fusões têm acontecido sempre de uma forma muito sustentada, envolvendo todos os colaboradores quer de uma Caixa quer de outra, alinhando estratégias, procedimentos, desenvolvendo eventos motivacionais em que as pessoas se conhecem e para que possamos alinhar todos no mesmo objetivo. Esse tem sido o foco e tem sido conseguido. É um caminho que tem de continuar, e temos as condições para tal, acentuadas com a construção de uma nova sede que será inaugurada em Julho e que nos trará uma capacidade operacional muito grande.

É notória a interação social da Caixa com a sua região um pouco por toda a sua área de intervenção, patente no apoio a instituições e iniciativas dos vários qua-

drantes da sociedade. Esta é uma estratégia permanente da Caixa? Que ações desenvolvem neste sentido?

Sim, a Caixa reinveste parte dos recursos que capta na sua região, através do apoio a diversas iniciativas que apoia ao longo do ano dos diversos quadrantes da sociedade que vão desde iniciativas de carácter social, cultural, educativo, desportivo, solidário, mantendo uma colaboração estreita com diversas entidades da região que vão desde as Misericórdias, Associações de Bombeiros, agentes culturais, desportivos, entre outros. Dentro do que é possível e sustentável apoiamos.

Gostaria de destacar ainda a presença da Caixa através das suas Agências e das diversas ATM's em determinadas zonas em que são a única presença bancária, precisamente para mantermos o apoio a essas populações e para que elas continuem a contar com o apoio bancário e a prestação desses serviços.

É um fator distintivo e do qual não prescindimos. Dentro das nossas possibilidades procuramos potenciar o desenvolvimento da região, de maneira a que a sua região cresça e nós possamos crescer com ela.

A Caixa do Alentejo Central não capta recursos na região e aplica os seus rendimentos noutras zonas do país ou até no estrangeiro como outras instituições bancárias. Nós reinvestimos na região e pagamos cá os nossos impostos.

Como caracteriza o momento atual da agricultura na área social da Caixa e quais as perspetivas para o futuro?

A agricultura na área social da Caixa está com grande dinamismo, com novos investimentos e investidores, incluindo alguns estrangeiros e uma população jovem, com formação, que permite o rejuvenescimento necessário na atividade.

Embora haja realidades completamente diferentes, é importante perceber as angústias e oportunidades que às vezes por falta de apoio não se concretizam.

Em termos de regadio do Alqueva predominam as culturas permanentes, maioritariamente olivais e amendoais, que exigem grandes investimentos e uma perspetiva de médio a longo prazo.

A nível do sequeiro, temos a produção animal e o montado que tem muito potencial e extremamente importante em termos ambientais, sendo fundamental, a meu ver, apoiar a agricultura de conservação.

Devido ao seu grande potencial, a agricultura é um sector estratégico para a Caixa, sendo que cerca de 40% do crédito da

instituição está investido nesse sector. De facto, a agricultura foi um dos sectores que mais cresceu no seio da Caixa no último ano, com um crescimento superior a 6%.

Em seu entender, o que seria importante no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio que potencie o sector agrícola mas também a atividade económica e o investimento de uma maneira geral?

Em primeiro lugar, entendo que o apoio à agricultura não precisa ser apenas financeiro, mas também pode envolver a facilitação de investimentos e a redução da burocracia existente, que muitas vezes desencoraja o investimento. É necessário que o Ministério da Agricultura compreenda o porquê de certas decisões dos agricultores e facilite o acesso a esses investimentos.

Além disso, é importante que se aposte nos apoios à produção e à conservação dos solos para evitarmos a degradação dos mesmos. Nos últimos anos, e com todas as crises que temos atravessado, temos verificado que a agricultura tem sido resiliente e tem demonstrado a sua importância, espero que isso contribua, cada vez mais, para o reforço de uma aposta estratégica neste sector, sendo, em meu entender, fundamental apoiar o reforço da nossa reserva agrícola e apostar na investigação no sector. Na nossa região seria igualmente importante apoios para a instalação de agroindústrias, uma vez que as mais-valias também estão na transformação da matéria-prima, que representa mais valor acrescentado ao que se produz na nossa região. A matéria-prima representa apenas cerca de 35% do valor do produto final. Tudo o que conseguíssemos fixar na nossa região em termos do valor dos produtos finais seria bom para a região, para os produtores, bem como para o Crédito Agrícola.

Por outro lado, é importante perceber que a fixação de pessoas no interior do País é uma necessidade urgente e, nesse sentido, é de vital importância incentivar a fixação de pessoas no interior por meio de políticas de apoio que complementem a produção e contribuam para a conservação do ambiente e das atividades tradicionais.

Por fim, gostaria de destacar a importância de apoiar a disseminação de uma rede de barragens privadas, que poderão servir para diversas explorações, para armazenamento de água das chuvas, e a instalação de painéis solares.

Gostaria de perspetivar um pouco os objetivos futuros da Instituição?

Em termos de infraestruturas, a instituição está



6. INTERIOR DA AGÊNCIA DE SOUSEL

a construir uma nova sede para acomodar eficientemente todos os colaboradores e proporcionar melhores condições de atendimento a todos os associados e clientes e deixar margem para o crescimento futuro da Instituição. Nesta ótica de proporcionar melhores condições de trabalho para os colaboradores e de atendimento para os clientes e associados, a instituição está a investir na melhoria das condições das agências com a remodelação das instalações das mesmas. Já concluiu a remodelação de duas agências, com a intenção de replicar gradualmente este modelo nas outras. De destacar que na sede e nas restantes agências está prevista a utilização de tecnologia solar para tornar os edifícios mais eficientes e sustentáveis, reduzindo a nossa pegada carbónica.

Em termos de crescimento financeiro, a instituição pretende crescer em crédito e recursos, enquanto reduz o mau crédito. Mais especificamente, nos próximos três anos, a instituição tem como objetivo ter mais 350 milhões em crédito e 420 milhões de recursos, além de reduzir o crédito não produtivo para menos de 3%, um valor abaixo dos atuais 5% exigidos pela entidade de supervisão. A Caixa também pretende melhorar o rácio de eficiência para 50%, estando abaixo do limite de 70%, consolidando e mantendo a sustentabilidade da Caixa.

Outro objetivo é o programa de rejuvenescimento da equipa, uma vez que um significativo conjunto de colaboradores irá sair por reforma nos próximos 4 a 6 anos. A instituição iniciou um processo de rejuvenescimento com a contratação para substituição no curto, médio prazo. Um processo que aposta na transmissão da experiência e conhecimentos dessas pessoas para os novos colaboradores com o intuito de minimizar a perturbação da transição.

Como avalia a relação da CCAM do Alentejo Central com a CONFAGRI?

A relação com a CONFAGRI tem sido, ao longo de todos estes anos, muito boa, primando por uma excelente colaboração mútua.

A CONFAGRI presta-nos todo o apoio necessário no âmbito do nosso serviço de apoio ao agricultor.

A Caixa do Alentejo Central é, inclusivamente, representante na Assembleia Geral da CONFAGRI e eu sou representante do seu Conselho Geral.

As relações são bastante profícuas do ponto de vista do trabalho e são bastante amistosas do ponto de vista pessoal.

Que mensagem gostaria de deixar a todos os associados, clientes e potenciais clientes e população de uma maneira geral?

Gostaria de deixar uma mensagem de esperança na continuidade das relações de negócios e de confiança recíproca, enfatizando o compromisso que tudo faremos para gerir da melhor maneira possível e da forma mais isenta e transparente tudo o que são as nossas relações com eles, quer do ponto de vista dos recursos que depositam à nossa guarda, quer em relação aos apoios que damos na área das atividades económicas e sociais. Estamos cá para os apoiar e para manter esta relação de proximidade e confiança. Esta é a casa de todos os associados e clientes e, nesse sentido, apelo a todos os associados que venham às Assembleias Gerais.

Não somos apenas um Banco, somos a casa comum de todos aqueles que estão ligados ao Crédito Agrícola e espero que sintam esta instituição como a sua casa. Podem contar sempre com a nossa confiança, disponibilidade e dedicação. ●



PROJETO + FLORESTA

DO CONHECIMENTO À AÇÃO: UM OLHAR MAIS ENCORAJADOR PARA O FUTURO



1. CONCELHOS ONDE VÃO SER REALIZADAS AS AÇÕES

A importância das organizações de produtores e proprietários florestais foi reconhecida na Lei de Bases da Política Florestal, aprovada pela Lei n.º 33/96, de 17 de agosto. Apesar de todas as vicissitudes que organizações desta natureza têm tido, o papel que desempenham na evolução e desenvolvimento do sector florestal e no esforço de revitalização dos territórios rurais, nomeadamente, como elementos estruturais para a fixação

TEXTO

HUGO ALMEIDA

 FENAFLORESTA

O futuro com mais certezas

Vantagens à sua medida para que possa gerir a sua exploração e evitar imprevistos, apostando na segurança. Viva o seu negócio com confiança no futuro.

de pessoas nos centros mais rurais, tem sido relevante ao longo dos tempos.

Dentro da realidade da estrutura associativa da FENAFLORESTA, que se distribui pelo país todo (Trás-os-Montes ao Algarve) é possível encontrar associadas que disponibilizam, diariamente e para cada uma das suas realidades, os seus recursos para dinamizar e capacitar técnicos, dirigentes e produtores florestais e agrícolas na defesa da floresta contra incêndios, na mobilização e melhoria dos rendimentos e no apoio ao nível de silvicultura, alicerçada num aconselhamento técnico qualificado e na promoção de uma gestão agregada da floresta.

Imbuídos neste espírito, a FENAFLORESTA apresentou uma candidatura ao Programa MAIS Floresta, programa que está enquadrado na Componente 08 – Florestas, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que reconhece, igualmente, as organizações de produtores e proprietários florestais como um parceiro privilegiado do Estado para valorizar a floresta e a sua gestão ativa.

Este Programa MAIS Floresta consiste em apoiar financeiramente iniciativas que se enquadrem nas quatro seguintes tipologias de intervenções estabelecidas nas regras do aviso: Ação 3.5 – Execução de pequenas ações de estabilização pós-incêndio, Ação 4.1 – Campanhas de sensibilização e informação destinadas ao sector agroflorestal e população em geral, Ação 4.2 – Promoção e desenvolvimento da certificação da gestão florestal sustentável, Ação 4.3 – Introdução de cotações de venda de madeira, cortiça, resina e pinhas no Sistema Simplificado de Cotações de Mercado dos Produtos Florestais (SIMeF).

Ainda que tenha sido impossível (infelizmente) enquadrar todas as associadas da FENAFLORESTA, por condicionantes próprias do aviso de candidatura, verifica-se que o projeto da Federação tem uma representatividade nacional (figura 1) que lhe permite ter uma maior diversidade de realidades e visões. Este projeto, que a FENAFLORESTA denominou por **+ Floresta**, teve início em outubro de 2022 e decorrerá até 2025.

Para a ação 4.1 – Campanhas de sensibilização e informação destinadas ao sector agroflorestal e população em geral, a FENAFLORESTA considerou estratégico que estas campanhas deveriam promover sessões que abordassem temas focados em questões do presente, mas também, com visão de futuro. Para isso, definiu quatro (4) grandes áreas temáticas: I) Proteger o território, os ativos económicos e a biodiversidade, II) Gestão e rentabilidade, III) Financiamento e IV) Inovação e novas tendências.

Nos primeiros três meses de execução (outubro 2022 a dezembro 2022), o projeto + Floresta chegou a mais de 290 pessoas em sessões para as quais os parceiros da FENAFLORESTA tiveram total abertura para escolher e selecionar as áreas temáticas que consideraram ser as mais pertinentes para cada uma das respetivas realidades, circunstâncias e necessidades.



Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.



CRÉDITO AGRÍCOLA SEGUROS
COMPANHIA DE SEGUROS DE RAMOS REAIS, S.A.
 Rua de Campolide, 372 - 3º Dt.º - 1070-040 Lisboa
 E-mail: geral@ca-seguros.pt
 Capital Social: €18.000.000
 M.C.R.C. Lisboa e Pessoa Colectiva nº 503 384 089

ca-seguros.pt | 213 806 000





Das sessões realizadas em 2022, é interessante perceber que o tema “Prevenção de fogos rurais” foi o tema que teve maior número de sessões, contudo, por tudo o que envolve e motiva este tema, a diferença não foi tão expressiva quanto poderia ser de esperar. É positivo que temas como a fitossanidade e a certificação florestal estejam a motivar interesse (25% e 17%, respetivamente), verificando-se que temas como as Áreas agrupadas e gestão conjunta da floresta (somente com 13% de sessões) estão em segundo plano de temas abordados. Nos quadros 1 e 2, é possível observar alguns dos resultados destes primeiros três meses de projeto.

Na Ação 4.2 - Promoção e desenvolvimento da certificação da gestão florestal sustentável, cujo objetivo é promover a adesão a sistemas de certificação, verificou-se que o Alentejo e a região Centro contribuíram para os objetivos desta tipologia de investimento, com grande destaque para o Alentejo (92% do total de área). Quanto à Ação 4.3 - Introdução de cotações de venda de madeira, cortiça, resina e pinhas no SIMeF, 56% das cotações foram obtidas a norte, 40% foram na região centro e 4% a sul. Os produtos

QUADRO 1 ÁREA TEMÁTICA %	
Financiamento	4%
Gestão e rentabilidade	33%
Proteger o território, os ativos económicos e a biodiversidade	63%
Inovação e novas tendências	0%

QUADRO 2 TEMA %	
Áreas agrupadas e gestão conjunta da floresta	13%
Boas práticas de gestão florestal	4%
Certificação da gestão florestal	17%
PEPAC 2023	4%
Prevenção de fogos rurais	35%
Prevenção de pragas e doenças	25%

que obtiveram cotações foram a cortiça (58%) e a madeira (42%). À medida que mais cotações de preços destes produtos forem sendo introduzidos e validados no SIMeF maior informação e transparência existirá na comercialização de produtos florestais, cuja informação pública é escassa e que dificilmente representará a realidade.

O Projeto + Floresta, entre outros aspetos, pretende contribuir para continuar a dotar os produtores e proprietários florestais de mais e melhores conhecimentos e ferramentas que lhes permitam gerir e retirar maior rendimento das suas áreas, reduzindo os riscos associados à atividade florestal e possibilitando um olhar mais encorajador para o futuro.

Por isso, a FENAFLORESTA considera **muito importante** que os produtores e proprietários florestais **participem** ativamente neste projeto, em particular, nas sessões de sensibilização e informação que as nossas associadas e parceiras irão desenvolver no futuro próximo e que, cada vez mais, **recorram aos serviços técnicos qualificados disponibilizados pelas cooperativas florestais e associações de produtores florestais.** ●

Projeto financiado pelo Programa MAIS Floresta, da Componente 08 – Florestas, do Plano de Recuperação e Resiliência
www.recuperarportugal.gov.pt
 #construifuturo

